

RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “TRABALHO INFANTIL: COMO PROTEGER O DIREITO FUNDAMENTAL DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE”¹

REVIEW OF THE ARTICLE ENTITLED “CHILD LABOR: HOW TO PROTECT THE FUNDAMENTAL RIGHT TO PROTECTION OF CHILDREN IN VULNERABILITY SITUATION”

Juliana Érika Santos Andrade Pires²

Faculdade Processus – DF (Brasil)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3306168768237556>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6484-9300>

E-mail: julianaerika@gmail.com

Resenha da obra:

RAMOS, Débora Marques; MORAIS, Dulce Teresinha Barros Mendes de. Trabalho Infantil: Como proteger o direito fundamental de proteção a crianças em situação de vulnerabilidade. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano X, Vol.X, n.39, jul./dez., 2019.

Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Trabalho Infantil: Como proteger o direito fundamental de proteção a crianças em situação de vulnerabilidade”. O artigo é de autoria de Débora Marques Ramos; e Dulce Teresinha Barros Mendes. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Ano X, Vol.X, n.39, jul./dez., 2019.

Palavras-chave: Resenha. Mão de obra infantil. Proteção ao infante. Fragilidade.

Abstract.

This is a review of the article entitled “Child labor: How to protect the fundamental right to protection of children in vulnerability situation”. The article has been written by Débora Marques Ramos and Dulce Teresinha Barros Mendes. The article hereby reviewed has been published in the journal titled “Revista

¹ A revisão linguística desta resenha foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduanda em Direito pela Faculdade Processus.

Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, year X, vol. X, n. 39, July/Dec., 2019.

Keywords: *Review. Child labor. Infant protection. Fragility.*

Resenha.

Trabalho Infantil: “Como proteger o direito fundamental de proteção a crianças em situação de vulnerabilidade”. Este artigo é de autoria de: Débora Marques Ramos e Dulce Teresinha Barros Mendes. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”, no Ano X, Vol.X, n.39, jul./dez., 2019.

Conheçamos um pouco acerca do currículo de cada autora. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas sobre os quais escreve.

A primeira autora do artigo é Débora Marques Ramos. No período de publicação do artigo, era graduanda do Curso de Direito, e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Jurídica da Faculdade Processus. CV: <http://lattes.cnpq.br/8839675346935943>

A segunda autora é Dulce Teresinha Barros Mendes de Moraes. Graduada em Direito (1988); Letras-Licenciatura - Língua Portuguesa e Literatura (1999); e Administração (2011); Pós-graduada em Direito do trabalho, Direito Processual Civil e Direito e Processo do Trabalho (1990, 1994 e 2015, respectivamente); Mestra em Economia (2000); Doutora em Direito Público (2004). CV: <http://lattes.cnpq.br/4562783933660611>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo; palavras-chave; *abstract*; *Keywords*; introdução; contexto histórico, que é subdividido nos subcapítulos: “o conceito do trabalho infantil”, “a proteção legislativa do Estado”, “histórico nacional” e “cenário atual do trabalho infantil”; as dificuldades no combate ao trabalho infantil, que é subdividido nos subcapítulos: “fatores econômicos”, “ligação entre a falta de acesso à educação e a pobreza”, “o pensamento da sociedade brasileira” e “a falta de empatia com o tema”; a Convenção n.º182 da Organização Internacional do Trabalho e a vulnerabilidade social das meninas, conclusão e referências.

No resumo deste artigo consta:

O objetivo principal desta pesquisa foi o estudo do uso da mão de obra infante e suas consequências nefastas que influenciam esse círculo social. Discutiu-se a cenário histórico do assunto, abrangendo a ideia de atividade infante e o cuidado legislativo do Estado, além dos acontecimentos no país e a perspectiva atual da mão de obra infantil. Examinou-se, também, os obstáculos enfrentados para a erradicação

da atividade destacando-se a ligação entre a miséria e a dificuldade de acesso ao ensino fundamental, bem como ao juízo da sociedade e a ausência de interesse pelo tema. Em seguida, estudou-se a Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho, bem como a fragilidade das crianças do sexo feminino. Finalizou-se, através de estudo bibliográfico e empírico, que são muitos fatores que estimulam o uso do labor pueril, principalmente a dificuldade de ingresso ao ensino infantil ligado à miséria, levando os infantes à uma sequência repetitiva de ausência de valor próprio e meio de crescimento como indivíduo possuidor de direitos. Atestou-se ser necessária a atuação da sociedade e do Estado, através de leis mais árduas, projetos e campanhas educativas quanto à produção de bens e à fragilidade das crianças, como forma de alcançar a eliminação da mão de obra pueril (RAMOS. MORAIS, 2019, p. 123).

O tema deste artigo é “Trabalho Infantil: Como proteger o direito fundamental de proteção a crianças em situação de vulnerabilidade”. Discutiu o contexto histórico, desde o significado da terminologia, da análise proteção legislativa do Estado até a situação do uso da atividade infantil atualmente. Foram estudados os principais obstáculos enfrentados para o combater o trabalho infantil.

As autoras estabeleceram como objetivo geral o estudo das causas que dificultam a extinção do labor pueril, destacando os fatores econômicos, a ligação entre a dificuldade de acesso ao ensino fundamental, a pobreza, a desvalorização do Estado em relação ao problema, bem como a mentalidade da sociedade e seu desinteresse pelo assunto. A escolha da temática foi fundamentada na necessidade de aprofundar os estudos acerca da elevadíssima utilização do trabalho infante e suas consequências nefastas no desenvolvimento desse círculo social. Para tanto, utilizaram como metodologia uma pesquisa empírica e bibliográfica.

No primeiro capítulo, as autoras conceituam o labor infantil como qualquer atividade existente, inclusive sem fins lucrativos, praticada por crianças e jovens com idade inferior para o ingresso no mercado de trabalho. Além disso, mencionam que a utilização da mão de obra pueril é defesa pois, além de ameaçar a educação, dispõe do crescimento físico e psicológico do infante.

As autoras discorrem que no Brasil a busca por esse trabalho ocorre desde o período de escravidão, período que permitia, perpetuando após a abolição da escravatura. De forma importante, afirmam que atualmente a dificuldade de acesso à educação, a fragilidade da criança e o uso de sua mão de obra de baixo custo são as principais causas de aumento de trabalhos realizados por crianças.

No segundo capítulo, as pesquisadoras abordam relevantemente os principais obstáculos enfrentados para a erradicação da mão de obra infantil. Citam que a visão de elevação de lucro adotada pelo sistema econômico brasileiro é uma grande responsável, e que diante da crise econômica enfrentada nos dias de hoje, as verbas destinadas aos projetos para a extinção da mão de obra pueril são vetadas. Ainda dentro do contexto econômico, opinam que a ausência de conhecimento de como os bens e serviços utilizados são originados colabora para o crescimento do índice de labor infantil.

Asseguram claramente que o aumento da fragilidade das crianças está diretamente associado com a dificuldade de acesso ao ensino fundamental e conseqüentemente ao desconhecimento de seus direitos, o que afeta diretamente sua dignidade provocando o aumento das desigualdades sociais.

No terceiro capítulo, as autoras demonstram que as crianças do sexo feminino são as mais indefesas, pois além de serem expostas aos mesmos riscos e privações, também são exploradas domesticamente e sexualmente. Alertam sobre a necessidade de ações e projetos para combater esse tipo de exploração.

Por fim, concluem que o Estado e a sociedade são os maiores responsáveis pelo crescimento do uso da mão de obra infantil, e devem necessariamente dar mais importância ao assunto, buscando sua extinção com atividades governamentais, criação de normas severas, projetos e campanhas educativas para a produção dos bens, e a proteção da fragilidade dos infantes. Afirmam que há o pensamento de que a criança miserável deve trabalhar, pois nunca terá oportunidades de crescimento na vida, mas na realidade isso diminuirá suas oportunidades.

Referências.

RAMOS, Débora Marques; MORAIS, Dulce Teresinha Barros Mendes de. Trabalho Infantil: Como proteger o direito fundamental de proteção a crianças em situação de vulnerabilidade. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano X, Vol.X, n.39, jul./dez., 2019. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/egjf/article/view/103>>. Acesso em: 15 set. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em:
<<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.